

## EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

**DATA E HORA:** 1ª PRAÇA começa em 02/03/2026 às 14h30min, e termina em **05/03/2026 às 14h30min**, pelo valor da avaliação atualizada; 2ª PRAÇA começa em 05/03/2026 às 14h31min, e termina em **25/03/2026 às 14h30min**, à partir de **80% do valor da avaliação atualizada**.

**LOCAL:** [www.valeroleiloes.com.br](http://www.valeroleiloes.com.br)

**LEILOEIRO OFICIAL:** José Valero Santos Junior, JUCESP 809

O MM. Juiz de Direito Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira, da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São José dos Campos/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, em fase de cumprimento de sentença, em que contende de um lado **ANANDA METAIS LTDA (CNPJ nº 04.215.721/0004-12)** e do outro **JC PIRES DISTRIBUIDORA LTDA ME (CNPJ nº 08.707.194/0001-71)**, e **JOSÉ CARLOS PIRES VIEIRA (CPF nº 780.340.784-68)** e **LILIANE DOS SANTOS OLIVEIRA VIEIRA (CPF: 301.430.498-01)**, nos autos do processo **0044318-40.2010.8.26.0577**, o qual foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos arts. 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

**DO BEM:** **VEÍCULO/ BEM MÓVEL - LOCALIZAÇÃO:** R. Atibaia, 161 - Jardim do Carmo Itaquaquecetuba - SP, 08577-660  
**Depositário:** Executado (fls.670)

**DADOS DO BEM:**

**TIPO:** VEÍCULO

Marca/Modelo: **FIAT/UNO VIVACE 1.0**

Fabricação/Ano: **2012/2013.**

Placa:: **OMASD18**

Cor: **Prata**

RENAVAM: **00482103132**

CHASSIS: **9BD195102D0384871**

**ÔNUS:**

O veículo objeto deste leilão, após consulta aos sistemas oficiais (em 13/01/2026), encontra-se com débitos: **IPVA: R\$ 1.077,82 de 2026; multas: R\$ 471,70; Dívida ativa SEFAZ (IPVA 2025/2024 E 2023): R\$ 2.420,08.**

O veículo encontra-se com pequenos riscos de uso, parachoque dianteiro furado lateral esquerda amassada (fl.670).

**Bloqueios administrativos ou judiciais:** Consta Bloqueio Judicial - Renajud

**Restrição financeira::** não consta

**INFORMAÇÕES PROCESSUAIS:**

**01** - Foi deferida a penhora sobre os 50% do móvel (Fl. 664), em razão da dívida do executado com o exequente derivada de ação de cobrança.

**02** – Avaliado o bem do devedor às fl. 670, determinada alienação judicial fls. 678-679.

**VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 21.000,00** (Vinte e um mil reais - 01/2025 – Laudo de Avaliação às fls. 670)

**VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 21.871,53** (Vinte e um mil oitocentos e setenta e

um reais e cinquenta e três centavos - jan/2026).

**DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** IPVA 2026: R\$ 1.077,82; multas: R\$ 471,70; Dívida ativa SEFAZ (IPVA 2025/2024 E 2023): R\$ 2.420,08.

**DÉBITOS DA AÇÃO:** R\$ 113.264,08 (Cento e treze mil duzentos e sessenta e quatro reais e oito centavos - 02/2023).

**01 - CONDIÇÕES DO BEM:** O veículo será vendido em 80%, considerando como referência os dados constantes no registro do DETRAN, documentação oficial e informações fornecidas no presente edital. Eventuais divergências mínimas entre a descrição do bem e sua situação real não ensejam qualquer pleito de cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complementação de valor. Todavia, caso o veículo apresente situação substancialmente diversa da pela documentação oficial constantes nos autos, que comprometa de forma significativa a natureza do bem ou sua utilização, o arrematante poderá manifestar sua desistência, sem direito a indenização por lucros cessantes ou quaisquer outros valores, mediante comunicação imediata ao Leiloeiro Oficial. O arrematante assume o veículo no estado em que se encontra, responsabilizando-se por todas as providências necessárias à regularização, transferência e quitação de encargos junto aos órgãos competentes.

**02 - CONDIÇÕES DA VENDA:** Será considerado arrematante aquele que der **lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça)** ou aquele que der lance de valor igual ou superior a **80% (oitenta por cento) do valor da avaliação (2ª Praça)**. Serão admitidos lances parcelados com 25% (vinte e cinco por cento) de entrada e o saldo residual em 10 (dez) parcelas sucessivas e corrigidas pelo Índice deste E. Tribunal, em que será **necessária a apresentação de garantia por caução idônea**. Será considerado vencedor o licitante que ofertar o maior lance, independentemente de ser à vista ou parcelado. Havendo mais de um lance com pagamento parcelado, em iguais condições, será declarado vencedor aquele formulado em primeiro lugar ou aquele com o menor número de parcelas (arts. 891 e 895, §§1º ao 8º do CPC).

**03 - PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento da arrematação por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Após o encerramento da praça, o arrematante receberá e-mail com instruções para o pagamento (Art. 884, IV do CPC).

**04 - COMISSÃO DO LEILOEIRO:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante, ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme os itens de CONDIÇÕES DA VENDA e PAGAMENTO, e deverá ser paga mediante transferência bancária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial, José Valero Santos Junior (CPF: 155.116.308-02), a ser indicada ao interessado após a arrematação (art. 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e art. 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

**05 - PREFERÊNCIA:** Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e co proprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º

CPC). Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, nos termos do art. 843, do CPC.

**06 - ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

**07 - DÉBITOS:** Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições e/ou limitações ao uso do bem arrematado permanecem mesmo após o leilão. Em relação aos débitos tributários ( IPVA e afins), será aplicada a norma prevista no art. 130, do CTN.

**08 - CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Nos termos do art. 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ, em caso de cancelamento ou suspensão do praxeamento após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

**09 - LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial JOSÉ VALERO SANTOS JUNIOR - JUCESP nº 809.

**10 - OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, incluindo, mas não se limitando, a ICMS, IRPF e/ou IRPJ, bem como taxas de transferência e demais encargos aplicáveis. Ficam os interessados cientes de que, para a efetiva transferência do bem para seu nome, será necessária a regularização de débitos anteriores ao leilão, bem como a remoção de eventuais ônus ou bloqueios incidentes sobre o bem, devendo-se aguardar o cumprimento dos trâmites legais. Ressalta-se que o Poder Judiciário e o Leiloeiro Oficial não possuem qualquer responsabilidade pelos procedimentos ou prazos dos órgãos competentes, cabendo exclusivamente ao arrematante acompanhar e providenciar todas as ações necessárias para a efetiva regularização e transferência do bem.

**11 - LANCES:** Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances.

**12 - ENTREGA:** A entrega do veículo ou bem móvel arrematado será realizada mediante expedição de Mandado de Entrega ou medida equivalente, a ser determinado pelo M.M. Juízo Comitente, observando-se os procedimentos legais aplicáveis.

**13 - ALIENAÇÃO DIRETA:** Caso negativas as hastas designadas, autorizo desde logo a alienação direta pelo leiloeiro (art. 880, do CPC) durante o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do encerramento do 2º leilão, pelo preço não considerado vil, conforme art. 891, do CPC.

**14 - INFORMAÇÕES:** Poderão ser obtidas através dos canais oficiais do Leiloeiro Oficial: site [www.valeroleiloes.com.br](http://www.valeroleiloes.com.br), e-mail [juridico@valeroleiloes.com.br](mailto:juridico@valeroleiloes.com.br) e telefones 3003-0321 (discagem direta) e (16)99603-5264.

**15 - PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio [www.valeroleiloes.com.br](http://www.valeroleiloes.com.br), bem como no PUBLICJUD, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apreendido.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os coproprietários do bem, os interessados que possuam penhora, bloqueio ou gravame averbado sobre o veículo ou bem móvel, bem como a União, o Estado e o Município, caso não sejam encontrados para intimação do leilão designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem como dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos autos, aplicáveis ao bem a ser alienado..

São José dos Campos, 15 de janeiro de 2026.

**Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira**  
**M.M. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos/SP**